

**15º CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO TRABALHO  
ESPELHO DE CORREÇÃO DA 2ª PROVA (SUBJETIVA)**

**QUESTÃO Nº 1**

Os princípios constitucionais do processo obrigam e vinculam o Processo do Trabalho, a exemplo do que impõem também a outros ramos processuais.

Há, no entanto, um emaranhado de princípios, que se entrelaçam e se complementam, tanto de Direito material quanto de Direito Processual. Só na instância processual, é de se mencionar, (a) além dos informados pelo processo constitucional, (b) os inerentes à jurisdição, (c) os levantados pela Teoria Geral do Processo (TGP) e (d) os específicos de cada espécie processual, como os do Processo do Trabalho. Na teia principiológica, apesar de sua complementariedade, quando não superioridade, é possível haver choques eventuais, verificáveis em situações concretas (ou nem tão concretas). De todo modo, é indiscutível que os princípios sofrem influências recíprocas, que se projetam em cada ramo processual, na forma das ações que neste se manejam.

Em vista disso, quais as incompatibilidades encontradas entre os princípios gerais do processo e os específicos do Processo do Trabalho? Em sua resposta, (a) exemplifique com situações concretas nas quais haja ações constitucionais de competência da Justiça do Trabalho; (b) enfrente questões práticas no seu processamento, tendo em vista a ritualística do Direito Processual do Trabalho; e (c) aponte critérios de solubilidade, tendo em vista os itens desta questão. (20 pontos)

1) A questão essencial almeja que o candidato aprecie “as incompatibilidades encontradas entre os princípios gerais do processo e os específicos do Processo do Trabalho”. Em torno desta indagação, giram vários pontos a ser explorados pelo candidato, sendo que a proposição já enuncia três dimensões a ser enfrentadas: (a) indicação de exemplos com situações concretas, nas quais haja ações constitucionais de competência da Justiça do Trabalho; (b) enfrentamento de questões práticas no processamento destas ações, tendo em vista a ritualística do Processo do Trabalho; e (c) indicação de critérios de solubilidade dos conflitos entre princípios, levando em conta o manuseio das ações constitucionais no Processo do Trabalho.

2) No desenvolvimento da questão, os principais (não os únicos) pontos a ser abordados pelo candidato são os seguintes:

2.1) distinção entre princípios processuais gerais e específicos, pondo em relevo, nesta última categoria, os do Processo do Trabalho, situando-os na processualidade constitucional, perante a Teoria Geral do Direito e a teoria da jurisdição. O cotejo com os princípios próprios do Processo Civil é secundário;

2.2) Identificação de casos conflituosos entre os diversos princípios;

2.3) hermenêutica dos direitos fundamentais, aplicando-a aos conflitos entre princípios do Processo do Trabalho, entre si e no contexto dos princípios gerais do processo, sobretudo

mediante emprego de critérios, metacritérios e princípios hermenêuticos atuais, como o uso da harmonização, da ponderação, do *balancing*, da razoabilidade, da proporcionalidade etc.;

2.4) aplicação de princípios gerais, sobretudo constitucionais, no plano trabalhista;

2.5) apontamento de exemplos práticos, entre os julgados do TST e do STF, que ilustrem a resposta à questão;

2.6) ritualística das ações constitucionais de competência da Justiça Obreira, cotejando-se os diversos princípios, perante as garantias constitucionais e específicas, com possibilidades pontuais ou não de adequações ao Processo do Trabalho. A indicação de ser possível alguma adequação deve ser precedida de fundamentos, considerando a hierarquia constitucional;

2.7) menção prática de ações constitucionais, na Justiça do Trabalho;

2.8) Respeito à centralidade temática da pergunta, encadeamento de idéias, utilização correta da língua pátria, desenvolvimento analítico.

## **QUESTÃO Nº 2**

Disserte sobre as garantias fundamentais de direitos humanos violadas nas hipóteses de trabalho infantil, referindo as origens de tais garantias em diplomas internacionais, bem como as implicações para com dispositivos da Constituição Federal. (20 pontos)

1. O princípio da proteção integral da criança e do adolescente, expresso no O art. 227 § 3º da Constituição Federal;
2. o trabalho do aprendiz e suas limitações constitucionais (art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal);
3. a recepção pelo ordenamento jurídico brasileiro dos tratados internacionais relativos aos direitos humanos a partir da Emenda Constitucional nº 45;
4. a proteção contra a exploração econômica do trabalho da criança que cause prejuízo à sua formação educacional, desenvolvimento e saúde (Convenção Internacional dos Direitos da Criança - Resolução n.º L. 44 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 20 de novembro de 1989, ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990);
5. as limitações por convenções internacionais relativas à idade mínima para o trabalho;
6. comentar as convenções internacionais sobre proibição de formas de trabalho infantil e programas para a eliminação da referida forma de trabalho;
7. comentar os princípios abrigados pela Declaração Universal dos Direitos das Crianças (ONU- UNICEF), de 20 de novembro de 1959, relativos ao trabalho infantil;
8. correto manejo argumentativo e análise das disposições normativas constitucionais e derivadas das convenções e tratados internacionais, relacionadas com o trabalho infantil;

9. respeito à centralidade temática da pergunta, encadeamento de idéias, utilização correta da língua pátria, desenvolvimento analítico.

### **QUESTÃO Nº 3**

A constituição da República Federativa do Brasil consagrou os princípios da igualdade e liberdade. Disserte sobre estes princípios e suas implicações no direito individual do trabalho. (20 pontos)

1. Estado Social e Estado Constitucional: princípios formais da igualdade e liberdade;
2. a tensão entre igualdade e liberdade: princípios e regras;
3. as “gerações/dimensões/família” de direitos: a inter-relação entre os princípios fundamentais;
4. Estado Democrático de direito: dicotomia público e privado, valor social do trabalho, função social da propriedade, a busca do pleno emprego e a dignidade humana - art. 5º da CRB/88; declaração Universal de Direitos Humanos;
5. Princípios constitucionais do Trabalho: princípios fundamentais - direitos sociais; princípios fundamentais e sua aplicação nas relações privadas - artigo 7º, incisos, da CRB/88 e dignidade humana; princípio da igualdade; princípio da liberdade; função social do contrato;
6. princípios do direito do trabalho – divisão clássica de Plá Rodrigues;
7. normas internacionais da OIT – Convenções 100, 110 e 111;
8. direitos e deveres do empregado: limites;
9. direitos e deveres do empregador: os limites do empregador; de dispensa e admissão; aplicação do artigo 460 e 461 da CLT; Igualdade de salário nas terceirizações; isonomia salarial; a não discriminação – admissão, demissão e nas relações de trabalho;
10. respeito à centralidade temática da pergunta, encadeamento de idéias, utilização correta da língua pátria, desenvolvimento analítico.

### **QUESTÃO Nº 4**

Disserte sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho com relação às greves nas atividades consideradas essenciais. (20 pontos)

1. Histórico – análise da evolução normativa acerca da possibilidade e/ou dever do Ministério Público do Trabalho de atuar em greves;
2. análise da alteração constitucional promovida pela Emenda nº 45 – limitações e legitimidade (exclusiva do MPT?);
3. formas de atuação do MPT nos movimentos paretistas – judicial e extrajudicial;
4. atuação preventiva, durante e posterior nas greves – conveniência, formas de atuação e direitos a serem assegurados e/ou reparados;

5. oportunidade e conveniência da atuação do MPT – análise crítica sobre o momento e a conveniência de o MPT intervir nas greves; análise da possível contraposição entre o exercício do direito de greve e o direito aos serviços essenciais pela comunidade;
6. análise dos meios de atuação extrajudicial do MPT nas greves;
7. Díssídio Coletivo de Greve: ajuizamento, pedido liminar de manutenção dos serviços essenciais – análise acerca do momento em que o MPT deve judicializar a greve, de quais os direitos que se estaria buscando a proteção com a ação judicial e avaliar a quantificação e qualificação do pedido de manutenção dos serviços essenciais;
8. Ação Civil Pública: possibilidade de ajuizamento, direitos e interesses a serem defendidos, legitimidade e pedidos; e
10. respeito à centralidade temática da pergunta, encadeamento de idéias, utilização correta da língua pátria, desenvolvimento analítico.

### **QUESTÃO Nº 5**

Discorra sobre as semelhanças e diferenças entre tutela antecipada e tutela cautelar. (20 pontos)

1. As medidas de urgência antes da reforma de 1994, que aprovou a Lei nº 8.952/1994, e as posteriores modificações (reforma processual);
2. pressupostos, características e requisitos da tutela antecipada e da tutela cautelar;
3. semelhanças:
  - a) a função constitucional de assegurar a efetividade da jurisdição;
  - b) a relação dos termos “verossimilhança da alegação” (artigo 273 do CPC) e “fundado receio” (artigo 798 do CPC);
  - c) cognição sumária, sem juízo de certeza;
  - d) provisoriedade e revogabilidade;
  - e) direito à indenização por responsabilidade objetiva;
  - f) possibilidade de concessão no início do procedimento;
  - g) a concessão da tutela “*inaudita altera parte*” e o “contraditório diferido” ou “postergado”; e
  - h) fungibilidade e a Lei nº 10.444/2002.
4. Diferenças:
  - a) exigência do requerimento expresso para tutela antecipada e concessão de ofício para tutela cautelar (doutrina majoritária) ou a possibilidade da concessão de ofício também para a tutela antecipada;
  - b) cautelar sempre em ambiente de urgência;
  - c) tutela antecipada não apenas nos casos de urgência, mas também quando houver abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu;
  - d) a tutela antecipada tem incidência em regra no curso do processo de conhecimento (incidental) e a tutela cautelar pode ser requerida no curso do processo de conhecimento ou de execução (preparatória ou incidental);
  - e) a tutela antecipada implica adiantamento dos efeitos da decisão final do mérito e a tutela cautelar visa a garantir uma situação até o provimento final do processo principal;

- f) ação principal X processo preparatório. Presença das condições da ação e o preenchimento dos pressupostos de existência e validade do processo; e
- g) antecipação dos efeitos da sentença e julgamento antecipado da lide – análise comparativa.

5. Respeito à centralidade temática da pergunta; encadeamento de idéias; utilização correta da língua pátria e desenvolvimento analítico.